



Guerra dos sexos nas retratações

Estudos analisam por que artigos científicos assinados por mulheres são menos cancelados por erros ou má conduta do que os de autoria masculina

Estudos realizados recentemente reuniram novas evidências e levantaram hipóteses para explicar por que pesquisadores do sexo feminino têm menos artigos científicos invalidados em decorrência de erros ou má conduta do que autores do sexo masculino. Um dos trabalhos avaliou 64.658 *papers* que sofreram retratação, ou seja, tiveram sua publicação cancelada porque os dados ou as conclusões deixaram de ser considerados confiáveis. A retratação é a retirada formal de um artigo científico publicado em um periódico e pode ser causada tanto por equívocos honestos na coleta ou na análise dos dados como por deslizes éticos, a exemplo de plágio, fraude, manipulação de imagens e duplicação de dados.

A análise, feita por uma equipe do Reino Unido e da Austrália e publicada na revista *Science Editor*, concentrou-se nos primeiros e nos últimos autores de *papers*. A posição de primeiro autor normalmente é reservada ao principal encarregado da execução da

pesquisa, enquanto o nome no fim da lista indica liderança e responsabilidade pelo projeto. A maior parte das retratações – seis em cada 10 – tinha homens simultaneamente na primeira e na última posição da lista. As mulheres, por sua vez, eram 26,4% dos primeiros autores dos artigos invalidados e 23,7% dos últimos. É certo que as mulheres publicam menos do que homens – elas representam, segundo o estudo, de 30% a 40% dos primeiros autores e 25% a 30% dos últimos autores, a depender do país de origem e do campo do conhecimento dos artigos. Ainda assim, a proporção de retratações femininas é menor do que a presença delas na produção acadêmica.

Enquanto fraude e plágio foram as causas mais frequentes de retratações dos homens, no caso das mulheres um dos motivos mais comuns nem sequer é de sua responsabilidade direta: 33% dos *papers* retratados que tinham mulheres como primeiro autor foram invalidados por erros cometidos no processo de edição, como fraude na revisão por pares. Os responsáveis pelo estudo, embora reconheçam que as causas da diferença de gênero permanecem imprecisas, atribuíram a dianteira masculina a uma postura profissional mais competitiva e arrogante deles, que fomentaria uma “cultura de negligência”. Uma das hipóteses levantadas é a de que os homens, por ocuparem com mais frequência postos de liderança e posições de chefia, sofreriam mais pressão para publicar e estariam mais propensos a cometer violações. Por isso, sugerem que a promoção da igualdade de gênero na ciência poderia ter um efeito positivo para melhorar os padrões de integridade porque as mulheres parecem ser mais cautelosas em suas práticas de publicação. Também apontam a necessidade de aliviar a pressão para publicar artigos em grande quantidade como critério de promoção na carreira de pesquisadores.

Em outro levantamento sobre diferenças de gênero nas retratações, uma equipe do Grupo de Estudos de Métodos de Análise Sociológica (Gemass) da Universidade Sorbonne, em Paris, na França, analisou 1 milhão de artigos armazenados no banco de dados OpenAlex e os cotejou com o banco de *papers* retratados do site Retraction Watch. Foram analisados estudos de autoria única, tanto de homens quanto de mulheres, e também de equipes de pesquisadores compostas por ambos os sexos ou por um único gênero. Equipes mistas com homens e mulheres apresentaram maior probabilidade de retratação do que equipes de um único gênero – só masculino ou só feminino. Grupos mistos liderados por mulheres apresentaram uma probabilidade menor – mas apenas ligeiramente – de sofrer retratações do que grupos mistos liderados por homens. O trabalho foi publicado em abril no periódico *Quantitative Science Studies*, da Sociedade Internacional de Cientometria e Infometria. Em resposta por e-mail ao Retraction Watch, os cinco autores corroboraram a ideia de que

a incidência relativamente menor de retratações entre mulheres pode refletir uma abordagem mais cuidadosa por parte delas, enquanto os homens tenderiam a assumir comportamentos mais arriscados. Em sua interpretação, a cautela seria neutralizada quando a equipe mista é liderada por um homem, mas faria diferença quando a coordenação do grupo é feminina.

Os pesquisadores da Universidade Sorbonne apontaram uma limitação comum nesse tipo de estudo – que é a dificuldade de inferir com precisão o gênero dos autores com base em seus nomes – e sugeriram que os periódicos deveriam passar a incluir o sexo dos pesquisadores nos metadados dos *papers*. Eles identificaram a proporção relativa de homens e mulheres analisando os primeiros nomes, mas ficaram atentos a convenções específicas de cada país – reconhecendo casos como o de “Andrea”, tipicamente um nome feminino nos Estados Unidos (assim como no Brasil), mas tradicionalmente masculino na Itália. Segundo eles, ferramentas automatizadas apresentam resultados falhos na indicação do sexo de autores em até 30% dos casos devido à presença apenas de iniciais ou de primeiros nomes ambivalentes.

Uma leitura menos otimista da disparidade de gênero nas retratações é feita pelo médico Paul Sebo, pesquisador da Universidade de Genebra, na Suíça. Para ele, o que tem mais força para explicar o fenômeno é a posição ainda subalterna que as mulheres têm na ciência, causada por uma dificuldade estrutural de ocupar funções proeminentes em equipes de pesquisa, o que implica baixa visibilidade de sua produção. “As mulheres têm baixa representação em cargos acadêmicos de alto nível, lideram menos projetos de pesquisa e, portanto, podem estar menos expostas aos tipos de responsabilidades e riscos que são comumente associados a retratações”, afirmou Sebo à revista *Nature*. Ele é um dos autores de um estudo, divulgado na revista *PLOS ONE*, que analisou 878 artigos publicados em mais de uma centena de revistas médicas e retratados entre 2008 e 2017. Usando uma ferramenta de inteligência artificial para inferir o gênero dos autores, concluiu que apenas 16,5% dos primeiros autores e 12,7% dos últimos eram mulheres. Ao comentar os resultados do estudo a pedido da *Nature*, o linguista e especialista em escrita acadêmica Curtis Rice, ex-reitor da Universidade Norueguesa de Ciências da Vida, em Oslo, disse que o artigo de Sebo levanta questões relevantes, como o peso de homens e mulheres na negociação e definição da lista de autores de artigos e a atenção que a produção masculina e a feminina recebem da comunidade científica. “Minha especulação é que, como os homens são mais visíveis na ciência em geral, seu trabalho está sendo mais escrutinado”, afirmou. ●

MÔNICA MANIR

Os perigos do uso de programas de inteligência artificial para o aconselhamento sobre saúde mental

Uma pesquisa coordenada por cientistas da computação da Universidade Brown, nos Estados Unidos, em colaboração com profissionais de saúde mental, evidenciou perigos no uso de programas de inteligência artificial generativa no aconselhamento de usuários com problemas psicológicos. De acordo com o estudo, os *chatbots*, programas como o ChatGPT que simulam uma conversa humana por texto ou voz para responder a perguntas feitas pelo usuário, violam de várias maneiras diferentes o código de conduta profissional da Associação Americana de Psicologia.

O trabalho, apresentado em outubro em uma conferência sobre inteligência artificial e ética realizada em Madri, na Espanha, levou um ano e meio para ser concluído. Os cientistas queriam saber como perguntas de usuários sobre saúde mental feitas a programas de inteligência artificial poderiam guiar atitudes – e quais sugestões de comportamento eram feitas. Para tanto, sete profissionais de saúde mental treinados em técnicas de terapia cognitivo-comportamental realizaram 137 sessões de aconselhamento com diferentes versões dos *chatbots* GPT (OpenAI), Claude (Anthropic) e LLaMa (Meta). Posteriormente, três psicólogos clínicos ajudaram a identificar possíveis violações éticas nas conversas.

Os 15 tipos de violações éticas encontradas foram classificados em cinco categorias: falta de compreensão de contexto (ignorar as experiências vividas pelas pessoas e recomendar intervenções simplistas e padronizadas); colaboração terapêutica ineficaz (dar respostas impositivas e enganosas que reforçam crenças

negativas do usuário); empatia enganosa (usar frases como “Eu entendo” para criar uma falsa conexão emocional com o usuário); discriminação (exibir preconceito de gênero, cultural ou religioso); e incapacidade de gerenciamento de crises (negar atendimento sobre tópicos sensíveis, não encaminhar usuários para profissionais apropriados ou responder com indiferença a situações de crise, incluindo ideação suicida).

Os autores acreditam que a inteligência artificial pode ajudar a reduzir as barreiras ao tratamento decorrentes do alto custo ou da falta de profissionais treinados, mas ressaltam a necessidade de uma implementação criteriosa das tecnologias, com regulamentação e supervisão adequadas. O alerta tem razão de ser. Segundo estudo publicado em novembro na revista *JAMA Network Open*, 13,1% dos jovens nos Estados Unidos, algo como 5,4 milhões de indivíduos, usaram inteligência artificial generativa para obter conselhos sobre saúde mental – 65,5% interagiram com o programa pelo menos uma vez ao mês.

Periódico sobre ética editado pela Associação Médica Americana vai deixar de circular em 2026

Seu informar o motivo, a Associação Médica Americana (AMA) anunciou que deixará de publicar em 2026 o *AMA Journal of Ethics*, periódico mensal de acesso aberto sobre ética médica. Fundado em 1999 como Virtual Mentor, assumiu o título atual em 2015 e sempre manteve um modelo peculiar: cada edição abordava um tema específico, que era selecionado e produzido por estudantes e residentes de cursos de medicina convidados, sob a supervisão do corpo editorial da revista. A publicação incentivava os colaboradores a explorar desafios éticos e controvérsias da prática médica, como a investida do

capital privado na medicina, parcerias entre médicos e advogados para lidar com a desigualdade na saúde pública, ética em publicações científicas, entre outros.

A principal hipótese para a descontinuidade é a redução de custos. Segundo dados levantados pelo site Retraction Watch, a receita da AMA com publicações, que representa cerca de 12% do total da organização, diminuiu em US\$ 2,1 milhões em 2024, especialmente devido à queda na publicidade em suas outras 13 revistas – a mais famosa é o *Journal of the American Medical Association (JAMA)*. O *AMA Journal of Ethics* não entrava nessa conta porque sempre foi um periódico on-line gratuito e sem publicidade. O conteúdo publicado será mantido no site. “Tenho esperança e confiança de que o conteúdo arquivado dessa revista permanecerá relevante por muitos anos”, escreveu Audiey Kao, há mais de duas décadas nos cargos de editor-chefe do *AMA Journal of Ethics* e de vice-presidente do Grupo de Ética da AMA, em um comunicado no site da revista.

CONTEÚDO EXTRA

Conhece a nossa newsletter de integridade científica?



Acesse o QR Code para assinar nossas newsletters

